

# NO CAMINHO

3-9-94

## do progresso social

**O** GOVERNO dos povos nunca foi feito pelo povo. A Democracia, por mais radical que tenha querido ser, nunca pôde subsistir no poder senão pela influência de um escol teoricamente recebe o mandato do povo, mas praticamente o domina e dirige. O povo não se governa nem pode governar-se a si mesmo. A consagrada frase «governo do povo» contém mesmo uma contradição nos próprios termos. O instinto colectivo dá necessidade do poder é aliás tão forte, que, por via de regra, o próprio povo reclama sempre quem o governe. Já assim foi no início da História de Israel em que o povo exigiu do Profeta Samuel lhe desse um rei. E é assim ainda hoje, neste século de espantoso progresso, em que o povo prefere ser governado pela tirania de um partido ou de um chefe, a viver sem um governo que valha para alguma coisa.

A questão parece não voltar a pôr-se. O que interessa portanto hoje, é conhecer a evolução histórica que há-de preparar no futuro o escol dirigente da vida social.

Durante largo tempo, a direcção pertenceu, de facto, a uma só classe — a aristocracia. O desenvolvimento da vida cristã, com o natural predomínio do clero, fez ascender também este, em grande parte, à mesma função directiva. Mais tarde, a aparição do capitalismo, dando origem a uma classe nova possuidora de importantes riquezas e da subsequente iniciativa e predomínio económico, aliou por sua vez no comando da sociedade o que se convencionou chamar a burguesia, entendida esta palavra no seu sentido mais alto.

Estas três classes dirigiam, na realidade, toda a vida social e política das nações, e, por isso mesmo, receberam o honroso título de classes dirigentes.

Mas à medida que o progresso da técnica e o intercâmbio mundial reclamavam o emprêgo de capital, cada vez mais abundante, as classes, cujos rendimentos não provinham da indústria ou do grande comércio, foram perdendo a sua influência e deixando, pouco a pouco, substituir-se na superestrutura social pelos magnates do dinheiro. Assim, as classes dirigentes foram ficando reduzidas à alta burguesia, que, para adquirir, sem partilhas, o domínio político, favoreceu a mentira do governo do povo pelo povo, termo equivalente a este outro: plutocracia.

Mas a corrupção capitalista era inevitável, por ter destruído, no mundo económico, a personalidade humana, escravizada ao império da finança e do dinheiro. A burguesia perdeu então o seu prestígio, se alguma vez o teve verdadeiramente.

E hoje a palavra «classes dirigentes» ou «classe dirigente» ficou inteiramente vazia de sentido.

Vimos a assistir, por isso, a uma reacção violenta da massa popular, pretendendo ela própria, por uma ditadura revolucionária, tomar sôzinha nas suas mãos — a ditadura do proletariado — o comando de toda a vida em sociedade. O exemplo e a experiência da Rússia demonstram a

força dessa reacção, mas parece que também a sua inutilidade. Nem o proletariado pode governar, nem as outras classes se deixam governar por ele, tendo havido necessidade de constituir novas «élites» que assegurassem a continuidade dessa função.

Chegados a esta encruzilhada da História, que nos prepara o futuro?

A evolução das ideias aliada a uma progressiva, embora lenta, ascensão dos valores reais aos mais altos postos da Nação, criaram condições políticas novas, cujo natural desfecho será inevitavelmente a criação de «élites» dirigentes em todas as classes, «élites», que dirijam primeiro a sua própria classe e se organizem depois entre si para assumirem em conjunto a direcção da colectividade. Não haverá mais uma classe dirigente, nem várias classes dirigentes, mas todas elas serão dirigidas por «élites» saídas do seu seio e nele conservadas.

O anúncio desta nova era está bem patente nas organizações de classe, nas organizações profissionais e na tendência corporativa que se vai manifestando, apesar de tudo, por esse mundo além. Nenhuma classe se considere hoje incapaz de se dirigir a si mesma, e isso já é bastante para não consentir estranhas ingerências.

Esta evolução não é aliás recente. Já nos fins do século passado a falên-

cia das organizações sociais que pretendiam impor a uma classe ou profissão a direcção de outra superior — haja em vista os círculos de operários e as demais organizações mistas, em que o patronato desejava orientar o operariado — dava claramente a conhecer os traços essenciais da evolução histórica que haveria de desenharse plenamente no nosso século.

E é inútil tentar remar contra a maré que sobe. O problema consistirá, portanto, não em saber como contrariar o imperativo do progresso político-social, mas em conhecer por que maneira deve ser ele encaminhado para o seu melhor e mais perfeito rendimento, isto é, para mais proveitosa e fecunda harmonia social.

Vem tudo isto a propósito do muito que se tem feito entre nós no campo sindical corporativo, sem que a tanto esforço e canseira tenha correspondido uma melhoria notável do estado de espírito das classes trabalhadoras. E' com efeito, raro o dia em que não são publicados despachos de salários mínimos ou sancionados contratos e acordos de trabalho que, regra geral, beneficiam os operários. Não regateamos de maneira nenhuma, antes bem ao contrário, os melhores elogios a tanta visão das realidades e tão grande boa-vontade em caminhar depressa para a realização da justiça. Mas não há voz discordante na conclusão de que o operário não se mostra nem suficientemente agradecido, nem mais disposto a uma voluntária e consciente colaboração.

Quanto a nós o mal reside apenas em não se ter ainda conseguido adoptar o trabalho sindical às exigências dos nossos tempos, isto é, em se temer no erro antigo de querer manter, mesmo neste campo, o principio político das classes dirigentes, quando elas, na confissão do pensamento esclarecido do Presidente do Conselho, falharam à sua missão directiva.

ABEL VARZIM.

O caminho seria antes o de se pre-

pararem cuidadosamente as «élites»

para que elas pudessem de-

pois assumir a direcção efectiva dos

seus irmãos de trabalho. Não fazemos

